

# Câmara de São Caetano dá início a processo que pode cassar Gianello

Cicinho, Jander Lira e Dr. Seraphim compõem grupo que apurará, em 90 dias, denúncia de que vereador tinha assessora fantasma



ALVO. De braços cruzados, Gianello acompanha votação que pode lhe custar cadeira

A Câmara de São Caetano aprovou ontem, por 19 votos a dois, comissão processante destinada a investigar o vereador Matheus Gianello (PL), de oposição. Definido por sorteio, o grupo será formado por Cicinho Moreira, Carlos Humberto Seraphim, am-

bos do PL, e Jander Lira (PSB). Caberá ao trio analisar se o colega cometeu ato de improbidade administrativa, violação de decoro parlamentar e conduta incompatível com a dignidade do cargo. O legislador é acusado de utilizar dinheiro público para pa-

gar salário de funcionária fantasma. O processo deverá ser concluído em até 90 dias. Se condenado, liberal perde o mandato. Gianello negou a acusação, classificando-a como "mal-entendido". "Estou bem tranquilo", declarou ao Diário. [Política 3](#)

## Câmara de São Caetano instaura comissão processante contra Gianello

Cicinho, Jander Lira e Dr. Seraphim passam a compor grupo que vai apurar possíveis irregularidades cometidas pelo vereador

WILSON GUARDIA  
wilsonguardia@dgabc.com.br

A Câmara de São Caetano aprovou ontem, com 19 votos favoráveis e dois contrários, a comissão processante, que pode cassar o vereador Matheus Gianello (PL), que é opositor ao prefeito Tite Campanella (Republicanos). Uma vez instalada, o grupo de trabalho composto por três membros passa a analisar denúncia que reúne possíveis irregularidades cometidas pelo parlamentar. A apuração objetiva esclarecer se o liberal cometeu ato de improbidade administrativa, violação de decoro parlamentar e conduta incompatível com a dignidade do cargo.

Todo o processo deve ser concluído em até 90 dias, sem previsão legal para prorrogação. A contar de hoje, o Legislativo tem cinco dias para comunicar o denunciado, que tem outros dez para apresentar defesa.

Os membros da comissão processante foram escolhidos por sorteio. Os nomes de todos os vereadores foram colocados dentro de envelopes pre-

tos e depositados em uma urna transparente. Cicinho Moreira e Carlos Humberto Seraphim, o Dr. Seraphim, ambos do PL, e Jander Lira (PSB) foram sorteados. Na sequência, em consenso, as atribuições de cada um foram definidas. A retórica ficará sob a responsabilidade de Jander, a presidência com Cicinho e a vaga de membro com Dr. Seraphim, presidente da Câmara.

Para essa etapa do rito, a primeira suplente do PL, Anny Cristina Giaccon Pizani, a Dra. Anny, assumiu a cadeira no lugar de Gianello, que retornou ao cargo logo após as deliberações.

Após as definições em plenário, Gianello negou ao Diário ter praticado qualquer ilegalidade. "Acredito que há um mal-entendido. Minhas condutas não caracterizam ilícitos. (O denunciante) se viu no artifício de me prejudicar, mas estou bem tranquilo", disse.

O parlamentar, questionado se considera um passo para a vitória ter dois correligionários como membros na comissão processante, explicou que tem bom diálogo com os pares e que "os três



VOTAÇÃO. Matheus Gianello acompanhou, ao lado da Dra. Anny, o placar final que libera a investigação

vereadores buscam a verdade", ao reforçar a tese de não ter cometido nenhum ato irregular que leve à cassação do mandato.

A acusação contra Gianello, protocolada na Câmara na sexta-feira (22) pelo empresário e morador de São Caetano Marcelo Jesus Camargo, tem como base inquérito civil em curso no MP-SP (Ministério Público de São Paulo). A 7ª Promotoria de Justiça de São Caetano apura denúncias de que Matheus Gianello supostamente manteve vinculados ao próprio ga-

binete assessores fantasmas. Ana Carolina Oliveira Bruno, nomeada para a chefia de gabinete, teria recebido remuneração integral sem ter trabalhado. A ex-comissionada – exonerada em 10 de março –, segundo a acusação, viajou para a Itália entre 22 de junho e 4 de julho de 2025 sem pedir férias ou afastamento das funções, e recebeu salário integral de R\$ 17,487,86, sem descontos pelas ausências.

A pedido da Promotoria, a PF (Polícia Federal) confirmou, por meio de certidão do sistema de tráfego internacio-

nal, que a servidora Ana Carolina Oliveira Bruno entrou e saiu do Brasil no período em apuração. A acusação formulada junto ao Ministério Público indica que Gianello teria cometido grave negligência, uma vez que estava ciente da viagem.

"Feliz por acatarem a denúncia, que não é minha. É do povo. Queremos Justiça com o dinheiro público. Espero que os vereadores analisem o processo e ajam no rigor da lei e, se preciso for, cassem (o mandato)", pontuou Marcelo Camargo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Página: Capa + página 3